



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e sete de setembro de dois mil e onze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente e Cássio Magnani Júnior – Secretário Ad Hoc. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Renato Faria Silva. Logo após, o Senhor Secretário determinou a leitura da Ata da Reunião Ordinária do dia treze de setembro de dois mil e onze. Em votação, foi aprovada. Em seguida, o Senhor Secretário proferiu leitura de ofício justificando a ausência do vereador Luciano Vitor Gomes. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 225/2011, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Vereador Sandro Lima”. Retirado de pauta pelo autor; 2) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 226/2011, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Firmino Melo”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 3) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 222/2011, que “Aprova as Contas do Município de Nova Lima relativas ao exercício de 2006”. O vereador Ailton Soares Amaral solicitou prazo para estudar a proposição. O vereador Cássio Magnani Júnior relatou que há um parecer numa Comissão Especial da qual faz parte, não sabe com quem estava o projeto, mas hoje, às cinco horas da tarde, em cima



da hora, chegou a ele um parecer para assinar. Informou que perguntou aos vereadores Renato e Ailton se mandaram fazer, ambos disseram que não. Falou que devem olhar isto e corrigir porque não podem incluir a proposição em pauta sem nenhum membro da comissão encaminhá-la. O Senhor Presidente afirmou que vai corrigir e a partir de agora os pareceres só entram na pauta com duas assinaturas; 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.169/2011, que “Institui o Dia Municipal do Imigrante Inglês”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Cássio Magnani Júnior solicitou a atenção da Comissão de Serviços Públicos para projeto de sua autoria que regulamenta a declaração de bens dos agentes públicos e políticos. Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.158/2011, que “Dispõe sobre a exigência de apresentação de exame médico para a prática de atividades físicas em academias no município e dá outras providências”. Em última votação, aprovado por 07 votos e encaminhado à sanção; 2) Projeto de Lei nº 1.159/2011, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de cobertura em depósitos de pneus, ferros-velhos e atividades afins, e dá outras providências”. Em última votação, aprovado por 07 votos e encaminhado à sanção; 3) Projeto de Lei nº 1.167/2011, que “Caracteriza a esterilização gratuita de caninos e felinos como função de saúde pública, institui sua prática como método oficial de controle populacional e de zoonoses, proíbe o extermínio sistemático de animais urbanos. Autoriza o Poder Executivo a criar Postos de Atendimento Veterinário no Município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por 07 votos. O Senhor Presidente fez uma correção, explicou que consta na pauta a primeira votação, mas já é a segunda. Informou que o projeto foi



aprovado por 07 votos na sua segunda votação. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação requerimento de autoria do vereador Marcelino Antônio Edwirges: “Que seja reenviado à Secretaria de Obras Públicas e Regulação Urbana e ao DER (Departamento de Estradas e Rodagens) em resposta ao ofício 67/2011, datado em 09 de setembro de 2011, no qual entendemos que o desconforto gerado é necessário para o andamento da obra, mas o questionamento é a forma que o trevo foi construído, mesmo motoristas experientes se confundem diante da via. Tal dúvida pode gerar acidentes, pois a rodovia é de trânsito intenso, portanto solicito um estudo técnico desta situação”. Em discussão, o autor esclareceu que o trevo é aquele novo da Bela Fama. Contou que fez questão de parar no local essa semana e observou que quando três veículos entram para Bela Fama sentido Supermercado BH, a via fica congestionada para os que sobem sentido trevo de Raposos. Afirmou que o trevo é super confuso, afunilado e todos devem ter uma atenção especial. Informou que veio a resposta falando do transtorno provocado pela obra, mas a questão não é o transtorno e sim o modelo do trevo. Aprovado, 07 votos. O vereador Ailton Soares Amaral propôs requerimento verbal para o prefeito rever a posição da Liga Municipal de Desportos em marcar a semifinal do campeonato amador às nove horas da noite no próximo domingo. Lembrou que todos trabalham no dia seguinte e é uma falta de respeito com o futebol amador, a única opção de diversão para o povo nova-limense. O vereador José Guedes comungou da idéia do vereador Ailton. Disse que o futebol amador é uma das coisas mais sagradas em Nova Lima, considera que os clubes amadores têm todo direito de jogar no estádio do Villa que é um campo municipal, onde a prefeitura investe milhões.



Relatou que todos os diretores são sacrificados, pois lidar com futebol amador é muito difícil porque, na maioria das vezes, não têm o respaldo nem o respeito do município. Informou que é um absurdo a prefeitura, que tem dinheiro para tanta coisa, doar para os clubes amadores apenas dois mil reais por ano, o que não dá nem para pagar a condução. Salientou que o prefeito atual e os próximos devem olhar com mais boa vontade e respeito para o futebol amador. Aprovado, 07 votos. O vereador José Raimundo Martins afirmou que, mais uma vez, quer apelar e convocar a imprensa, o José Cleves e seu amigo Fred. Falou que a AngloGold não respeita ninguém em Nova Lima e parece que é dona da cidade. Lembrou que disse que aquele rejeito seria removido porque não presta e o ouro está em baixa, não para ajudar ninguém; tentaram guardar, perceberam que o ouro é muito pouco e agora estão retirando e dando uma de bonzinho. Recordou que solicitou, através da Câmara, fosse convidado um representante para vir até a Casa; enviaram resposta, mas não compareceram. Relatou que os caminhões que estão tirando o rejeito largam tanta poeira e fazem o povo do Bairro do Matadouro sofrer, pois tem que fechar tudo para fazer um almoço. Salientou que eles não têm o carinho nem o cuidado de jogar, pelo menos, um caminhão pipa ou querem que o prefeito e a comunidade lavem para eles. Registrou que está revoltado, pois o tempo já está muito seco trazendo uma dificuldade natural e debaixo da linha do bonde há uma crosta de arsênico agravando a situação. O Senhor Presidente lembrou que o vereador José Raimundo Martins fez requerimento à AngloGold que foi encaminhado pela Casa, posteriormente a AngloGold enviou resposta que foi lida em Plenário. Relatou que ligaram naquela semana falando que a secretária de um dos diretores faria contato com o objetivo de marcar uma reunião com os vereadores, mas



não retornaram. O vereador José Raimundo Martins informou que convidaria o pessoal para fotografar e estampar no jornal o compromisso e o costume da AngloGold. Registrou: “A AngloGold chegou em Nova Lima e levou o ouro, acabou o ouro, estão vendendo as terras, quando acabar tudo vão vender o povo, esta é a finalidade da AngloGold”. O Senhor Presidente indagou se o vereador José Raimundo Martins fez um requerimento. O vereador respondeu que não, mas podem dar um telefona e pedir que compareçam à Casa na terça-feira ou tomem providências e parem de brincar com as pessoas. O Senhor Presidente comunicou que solicitará amanhã que a Secretaria ou a Procuradora ligue para a AngloGold e solicite que um representante da empresa venha fornecer explicações, na terça-feira. No Grande Expediente, o vereador José Guedes registrou: “Fico meio assustado em Nova Lima porque em trinta e um de dezembro, dia de comemorar o final de um ano e o princípio de outro, às dezoito horas, recebi uma correspondência da justiça dizendo o caso da reportagem Estado de Minas, se eu divulgasse alguma coisa contra o prefeito, receberia uma multa de cem mil reais. Fiquei estarecido porque não fico levantando falso ao prefeito, tudo que falo, tenho documentos nas mãos porque não sou bobo, se estou sendo correto com minhas denúncias, com documentos nas mãos, sou interpelado e ameaçado todo dia. Também fui ameaçado pela justiça, se eu distribuísse aquela revista que divulgou coisas absurdas que acontecem na prefeitura, receberia uma multa de vinte mil, foi o prefeito que ingressou na justiça contra o vereador. Acho que o vereador tem que ser respeitado nesta Casa e não ameaçado, tentando calar e amordaçar o vereador. Vou ler parte do que foi divulgado em alguns órgãos da imprensa: “Em Minas Gerais, revista é obrigada a recolher edição. A revista Viver Brasil, de Minas Gerais, foi obrigada pela Justiça a



recolher exemplares de sua penúltima edição e a retirar da internet reportagem sobre supostas irregularidades praticadas pelo prefeito de Nova Lima, Carlinhos Rodrigues. Lei da mordaza. Setembro de 2011: Juíza proíbe a revista Viver Brasil de circular em função das denúncias de improbidade administrativa contra o prefeito de Nova Lima, Carlinhos Rodrigues (PT). Passados mais de quarenta anos da publicação do AI-5, que marcou o período mais duro do regime militar no Brasil, a Viver Brasil torna-se vítima de um ato de censura. A juíza substituta Adriana Garcia Rabelo, da 1ª Instância de Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, proibiu, por meio de liminar de seis de setembro, a circulação de exemplares da 65ª edição da revista no município. O recurso judicial, interpretado por autoridades, entidades de classe e instituições de defesa do Estado de Direito como uma tentativa de amordaçar a imprensa, foi apresentado pelo prefeito da cidade, Carlos Roberto Rodrigues (PT), mais conhecido como professor Carlinhos. Diante da decisão da magistrada, a Viver Brasil foi obrigada a recolher exemplares e a retirar a notícia da sua página na internet. A juíza Adriana Rabelo, que também indeferiu o pedido de afastamento de Carlos Roberto Rodrigues do cargo por improbidade administrativa, feito pelos promotores Ivana Andrade, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Nova Lima, e Daniel Sá Rodrigues, do Grupo Especial do Patrimônio Público (Gepp), escreveu em seu despacho que a revista incorreu em abuso da liberdade de imprensa. Âncora do Grupo Bandeirantes, Ricardo Boechat dedicou, no último dia 16, vários minutos de seu programa matinal na BandNews para comentar a reportagem “Mina de Denúncias” e criticar a sentença da juíza. O caso ainda foi estampado no Portal Imprensa, desta vez, com a chamada “revista Viver Brasil é censurada em cidade mineira”. Políticos mineiros também



consideram a decisão judicial um atropelo à democracia. “Sou contra qualquer medida que traga controle da mídia. É o que manda a Constituição”, resumiu o ex-ministro das comunicações Hélio Costa. O presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Léo Burguês, condenou a tentativa de abafar fatos que devem ser públicos. “Nos tempos da ditadura, vivemos o temor da censura na imprensa. Não podemos admitir que o Brasil retroceda com relação à democracia conquistada”, frisou. O ex-senador Arlindo Porto engrossa o coro antimordada: “Estamos em um processo democrático, não é privando a circulação de órgãos de imprensa que as verdades não serão colocadas. Cabe ao cidadão conhecer, avaliar e julgar”, declarou. O departamento jurídico da Viver Brasil está analisando o caso e, em breve, adotará as medidas cabíveis. Procurada, a juíza Adriana Rabelo não quis se pronunciar sobre o assunto”. É uma coisa impressionante, principalmente por partir do PT que a vida inteira pregou democracia. Tentaram barrar esta revista, mas quando a correspondência chegou até este vereador, ele já tinha distribuído umas quatrocentas, quinhentas revistas em Nova Lima. Caso daquela reportagem do Estado de Minas, o Sr. Alberto Taveira ingressou na justiça contra a Maria Clara, uma das repórteres mais honestas de Minas Gerais; entrou, eu serei testemunha, vou contar e levar o documento. O que esse cidadão fez, parece que nunca morou em Nova Lima, acho que mora no exterior devido à reportagem que colocou defendendo a prefeitura e o prefeito da bagunça e coisas erradas que estão acontecendo no município. Eu serei testemunha a favor de Maria Clara, vou levar os documentos que o Sr. Valter Taveira assinou com o Secretário, viagens caríssimas, nem o Lula gastou tanto dinheiro numa viagem, como tem a documentação que está em meu poder, assinado por Valter Taveira. Estão tentando parar a imprensa, parar o vereador, parar



tudo, eles são poderosos demais, têm força demais, mas este vereador vai continuar esta luta contra as irregularidades desse prefeito até o último dia”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_